

# ENTRE A AMEAÇA DA “BOMBA POPULACIONAL” E A EMANCIPAÇÃO DO CORPO DAS MULHERES: O DEBATE SOBRE A CONTRACEPÇÃO NO BRASIL E NA FRANÇA (1960-1970)

Joana Pedro\*

## **Resumo**

Neste artigo, pretende-se focalizar os argumentos – nascidos das práticas e das relações de poder – usados nas disputas políticas no Brasil e na França, visando ao uso dos novos contraceptivos hormonais nos períodos iniciais de sua comercialização nesses países, ou seja, entre 1960 e 1979. Observa-se, também, a forma como foram tematizados pelos movimentos sociais, em especial o movimento das mulheres e, no interior deste, o movimento feminista.

## **Palavras-chave**

Contracepção; mulheres; poderes.

## **Abstract**

*This article intends to analyze the arguments – born from power practices and relations – which were used in political disputes in Brazil and France, focusing on the use of the new hormonal contraceptives in the initial period of their commercialization in those countries, that is, between 1960 and 1979. It also observes the way in which they were treated by the social movements - specially by the women's movement, and, inside this group, the feminist movement.*

## **Key-words**

*Contraception; women; powers.*

Dos três milhões nascidos vivos (8.300 em 24 horas), apenas 3.000 seriam necessários para compensar a mortalidade diária. Quase todo o restante (5.300 nascimentos) é economicamente desnecessário.<sup>1</sup>

Daqui a 40 anos, o mundo será 70% afro-asiático.<sup>2</sup>

A grande eficácia dos contraceptivos modernos pode, ao mesmo tempo, reduzir os abortos e a frigidez feminina.<sup>3</sup>

Um bom conselho [de método] contraceptivo – se ele é seguido corretamente – pode levar os casais a retornar ao bom equilíbrio [que anteriormente desfrutavam].<sup>4</sup>

A possibilidade de a superpopulação ameaçar a estabilidade do planeta, embora ainda faça parte das pautas de discussão de fóruns internacionais, não ganha mais o destaque que recebeu nos anos 60 e 70 do século XX, por parte da imprensa e dos estudos acadêmicos. Enfim, não se constitui mais, da mesma forma que naquelas décadas, um problema para o qual os debates apaixonados se mobilizavam, argumentos se constituíam, muito papel e tinta corriam.

A problematização sobre a população, seu tamanho, mobilidade, mortalidade, saúde e fecundidade é, porém, discussão que antecede as décadas citadas. Foi a partir da metade do século XVIII que a problemática da população substituiu a da família como modelo de governo. A família, no novo contexto, tornou-se “instrumento privilegiado, para o governo da população”. Foi a partir dessa época que, no contexto europeu, apareceram as campanhas governamentais visando reduzir a mortalidade, estimulando os casamentos e fomentando a vacinação. A população tornou-se, nesse novo modelo que substituiu o da soberania, o grande objetivo. A questão era “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.”. A população será, portanto, o fim e o instrumento do governo, aparecendo como sujeito e objeto da ação. O governo da população implicará a gestão em profundidade, em detalhes. É desta forma que, sem que as pessoas percebam, e por meio de campanhas, os governos vão agir diretamente sobre a população. Assim, serão aplicadas técnicas que ora a ampliam, ora a reduzem, ou então dirigem o fluxo migratório para determinado lugar ou determinada atividade.<sup>5</sup>

O governo da população que, na Europa do século XVIII, explicitava estímulos à fecundidade, à redução da mortalidade e à promoção da saúde, passou a encontrar, nesta mesma época, um discurso contraditório. Em 1798, foi publicado o *Ensaio sobre o princípio da população*, de Thomas Malthus.<sup>6</sup> Nesse livro, o autor defendia a idéia de que a população crescia em ritmo geométrico, enquanto a produção de alimentos crescia em ritmo aritmético. Esse pressuposto foi intensamente debatido e serviu de fundamento para

vários discursos. Foi dentro dessa perspectiva que surgiram, no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, inúmeras ligas malthusianas. No início do século XX, em 1913, nos Estados Unidos, Margaret Sanger, além de cunhar a expressão *birth control*, fundou uma associação para atuar nos países asiáticos. Em 1923, na Inglaterra, Mary Stopes criava uma clínica para oferecer meios anticoncepcionais às mulheres.<sup>7</sup>

Todas essas iniciativas de controle dos nascimentos e estímulos ao uso de anticoncepcionais têm ligação direta com a teoria malthusiana de que o aumento da população promoveria a escassez de alimentos e de recursos de maneira geral. Germaine Greer, em *Sexo e destino*<sup>8</sup>, aponta para a forma como foram destinadas aos pobres as políticas de controle da natalidade. O pressuposto, de acordo com ela, era de que “os pobres são pobres por sua própria culpa”. Assim, as políticas populacionais realizadas pelos governos europeus e norte-americano foram, inicialmente, destinadas aos seus próprios pobres: os testes com as pílulas anticoncepcionais foram realizados nas mulheres de Porto Rico, um Estado norte-americano e, a seguir, dirigidos aos países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Constituíram-se, essas iniciativas de controle da natalidade da pobreza interna e externa, em “racismo biológico-social”. Esse tipo de racismo baseia-se no pressuposto de que a raça inimiga, contra a qual é necessário lutar, não é o invasor que, vindo de fora, ocupou espaços, triunfou por determinado tempo e dominou. Dirige-se, como lembra Michel Foucault, ao inimigo interno, como um desdobramento de uma única raça que se bifurcaria em uma super-raça e uma sub-raça. Essa sub-raça, que será combatida como inimiga interna ou buscada nos países subdesenvolvidos, é a pobreza. Tratou-se, assim, de um racismo que as sociedades exerceram contra seus próprios elementos.<sup>9</sup> Neste caso, não se trata de eliminá-los por força das armas, mas de impedir ou desestimular seu nascimento.

Foi sobretudo dentro dessa perspectiva que ocorreram os debates sobre a superpopulação nas décadas de 1960 e 1970. O grande temor era de que a população continuasse crescendo, especialmente as pessoas pobres e não brancas, num ritmo acelerado, e inviabilizasse, assim, a existência no planeta. O termo “bomba demográfica” era utilizado em analogia com a bomba atômica – que destruíra, em agosto de 1945, as cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão –, considerando-se que o crescimento desorganizado da população promoveria, do mesmo modo, uma devastação no planeta.

Os debates sobre os perigos da “bomba demográfica” e a necessidade de adoção de políticas populacionais não tiveram, porém, uma configuração homogênea. Adquiriram, nos diferentes lugares onde circularam, formas específicas. A existência, ou não, de condições de cidadania deu o tom e as possibilidades desse debate.

Embora não sendo direcionadas explicitamente para as mulheres, tais políticas populacionais as atingiram, porém não da mesma maneira. Em países em que a cidadania podia ser exercida, as mulheres participaram de reuniões, manifestações, debates, e reivindicaram – como fizeram as francesas, no final dos anos 60 e início dos anos 70 – “um filho quando eu quiser, se eu quiser”.<sup>10</sup> Exigiram autonomia, reivindicaram o direito à contracepção e à descriminalização do aborto. Já as brasileiras só puderam contar com informações desencontradas e ambíguas. Proibidas de qualquer manifestação, debate ou reunião, encontraram na Igreja Católica abrigo e direcionamento eminentemente contrário a qualquer forma de contracepção “artificial”. No Brasil, o movimento das mulheres foi dificultado pela ausência de cidadania. Comparar a maneira como foi debatida essa questão em países como o Brasil e a França pode mostrar a diferença entre viver ou não com cidadania.

Muito se tem discutido a respeito da revolução sexual dos anos 60 e 70. A adoção de métodos seguros de contracepção tem sido articulada com a mudança significativa nas relações de gênero. As análises que podemos fazer hoje nem sempre coincidem com aquelas que fizeram muitas pessoas no momento de vivê-las. O “calor da hora” é, muitas vezes, vivido no interior de relações de poder que constroem interpretações diferentes daquelas que são feitas alguns anos mais tarde. É dentro desta perspectiva que pretendo focalizar, neste texto, os argumentos – nascidos das práticas e das relações de poder – que foram usados nas disputas políticas no Brasil e na França, visando ao uso dos novos contraceptivos hormonais.

As fontes para este texto são, do lado brasileiro, jornais e revistas, entrevistas com mulheres de camadas médias, jornais feministas, além de artigos e livros acadêmicos. Na França, investiguei os dados em atas de colóquio, livros e revistas. Minhas fontes são, principalmente, bibliográficas.<sup>11</sup> O que eu tenho são, portanto, os debates que se realizaram, as temáticas que deram ensejo a muita discussão; enfim, as questões que preocuparam os jornalistas e os pesquisadores.

No caso do Brasil, minha posição é bem mais confortável do que em relação à França. Sobre a França, o que me atrevo é apresentar aqui uma descrição dos debates que pude ler em artigos, capítulos e livros que me pareceram os mais importantes a respeito da contracepção; ou seja, trata-se de um olhar de estrangeira.

As semelhanças e sobretudo as diferenças entre os debates ocorridos àquela época, no Brasil e na França, ajudam a perceber como esses momentos foram pensados. Os argumentos utilizados nos dois países apontam as lutas que se travaram e permitem perceber como um mesmo processo pode ter significados muito diferentes.

São, portanto, como argumentos numa disputa discursiva que estamos observando os textos publicados nos dois países. Sabemos que, além de papel e tinta, eles são resultado

de relações de poder que se realizam no cotidiano e se imprimem nos corpos, especialmente, neste caso, nos corpos das mulheres. São, também, relações vividas nas disputas que envolvem inúmeros personagens, como indústria farmacêutica, organismos internacionais, movimentos sociais, mulheres, homens, crianças, etc.

No Brasil e na França, nos anos 60 e 70, os contraceptivos hormonais vieram acompanhados de argumentos que discutiam: a) a questão da população; b) a redução das práticas de aborto; c) uma melhor harmonia do casal; d) a emancipação das mulheres. Procurei colocar frente a frente os argumentos semelhantes e diferentes, visando oferecer um quadro aproximado desses debates.

### *A questão da população*

No Brasil, o comércio da pílula anticoncepcional teve início em 1962,<sup>12</sup> dois anos após ter sido aprovada, nos Estados Unidos, pelo FDA – Food and Drug Administration, a pílula chamada Enovid, produzida pelo Laboratório Searle. Os jornais e as revistas voltados para o público feminino publicaram alguns artigos informando sobre suas potencialidades, porém, muito da divulgação foi realizada por representantes comerciais que atuaram junto aos médicos.<sup>13</sup>

As notícias sobre o novo contraceptivo – considerado mais eficaz que os anteriores – vieram acompanhadas de dados alarmantes sobre o perigo de superpopulação no mundo. Assim, em abril de 1960, a revista *Seleções*<sup>14</sup>, num artigo intitulado “Gente Demais! Que Fazer?”, informava que, dali a quarenta anos, ou seja, no ano 2000, o mundo teria oito bilhões de pessoas e, dessas, 70% seriam afro-asiáticas. A razão disso, informavam, era a redução da mortalidade infantil, bem como o aumento da longevidade. No mesmo artigo, são anunciadas as experiências dos doutores Gregory Pincus e John Rock, os quais, desde 1956, estavam experimentando os contraceptivos hormonais em mulheres do Haiti e de Porto Rico, chamados, no artigo da revista, de “campos de prova”.<sup>15</sup> Dizia, ainda, que o medicamento era muito recente para poder assegurar qualquer promessa de eficácia, que ainda era muito caro, e que foram registradas, nas mulheres que o experimentaram, queixas de “efeitos secundários desagradáveis como náusea, dor de cabeça e tonturas”.<sup>16</sup> Entretanto, afirmava o autor, diante do perigo do crescimento demográfico “até mesmo um recurso anticoncepcional que não seja infalível poderá ter virtualmente importância nos países que mais crescem demograficamente”.<sup>17</sup>

O Brasil foi classificado entre os que estavam ameaçando a superpopulação do mundo. Convém observar, entretanto, que a densidade demográfica do Brasil é inferior à da maioria dos países europeus e, atualmente, é cinco vezes inferior à da França.<sup>18</sup> Neste caso, como explicar esse tipo de argumento demográfico no Brasil?

O investimento no controle da natalidade, no Brasil e nos demais países da América Latina, teve relação direta com a Revolução Cubana de 1959. A partir daí, a política norte-americana passou a considerar a América Latina como um “continente explosivo”, um campo fértil para a agitação comunista. Começaram a ser criadas, então, organizações de ajuda aos latino-americanos. Tais ajudas traziam, como exigência, a adoção de programas e estratégias de redução do crescimento populacional. Em 1961, por exemplo, a Conferência da Organização dos Estados Americanos – OEA, que criou a Aliança para o Progresso, foi a mesma que expulsou Cuba daquele organismo. O entendimento era de que o crescimento rápido da população latino-americana e sua conseqüente pobreza seriam um forte aliado da revolução comunista. Assim, o perigo representado por uma questão política foi transformado no da “bomba demográfica”.<sup>19</sup>

Nas décadas de 1960 e 1970, em vez de revoluções comunistas, o Brasil e diversos países da América Latina tiveram a implantação de ditaduras militares.<sup>20</sup> Essas impediram manifestações, definiram um percurso histórico na direção da sociedade capitalista e receberam pressões de organismos internacionais para a adoção de políticas antinatalistas. Os investimentos e as ajudas internacionais só seriam implementados após o comprometimento desses países em adotar políticas de contenção da expansão populacional.

Tais pressões internacionais, entretanto, não contaram com apoio explícito do governo brasileiro daquele período. De um lado, havia os “antinatalistas”, de outro, os “anticontrolistas”. Os primeiros reivindicavam um projeto de desenvolvimento para o país, no qual se encontrava a redução da natalidade como parâmetro de país desenvolvido; além disso, havia o argumento de que, com o crescimento demográfico daquela época, a economia teria dificuldades em manter altas taxas de crescimento, capazes de dar conta da demanda exigida.<sup>21</sup> Em contrapartida, os anticontrolistas, com a teoria geopolítica de “ocupação de espaços vazios”, encontravam entre os militares nacionalistas fortes aliados. Estes argumentavam que a soberania nacional dependia da presença de brasileiros em todas as regiões do país.<sup>22</sup>

Foi, assim, em meio a esse debate, que as pílulas anticoncepcionais foram comercializadas, sendo adquiridas pelas camadas médias de maneira crescente. Em 1970, por exemplo, foram vendidas no Brasil 6,8 milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais e, em 1980, esse número subiu para 40,9 milhões.<sup>23</sup> Boa parte do consumo foi feito pelas mulheres

das camadas médias, já que as das camadas populares, a partir de 1965, poderiam obter diferentes produtos contraceptivos de forma gratuita, por meio de organismos como a Bemfam – Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil.<sup>24</sup>

Os argumentos que acompanharam a entrada das pílulas anticoncepcionais no mercado francês não foram os mesmos. Apesar da referência à superpopulação e ao *baby-boon* do pós-guerra, a ênfase da argumentação foi centrada na afirmação de que a França vinha há muito tempo tendo um comportamento de redução do número de filhos, e de que, portanto, os novos métodos não trariam nenhuma mudança na perspectiva que já vinha se configurando. Ali, era necessário combater a política natalista que vinha sendo adotada desde o final da Primeira Guerra Mundial.

Um livro organizado por Hélène Bergues e Philippe Ariès, intitulado *La prévention des naissances dans la famille. Ses origines dans les temps modernes*,<sup>25</sup> publicado em 1960, dá o tom da maneira como foi conduzido o debate sobre a contracepção na França, após o início da comercialização dos contraceptivos hormonais. A principal questão do livro é a queda da taxa de nascimentos nesse país. Discussões, tabelas, demografias e argumentos são colocados em pauta para mostrar que, desde o século XVIII, a França teria começado seu processo de redução do número de filhos. Especialmente Philippe Ariès, num capítulo desse mesmo livro, apresenta inúmeros argumentos neste sentido e tenta responder porque, naquele século, essa mudança se processou e porque uma prática clandestina, ligada a relações extraconjugais, transformou-se num hábito comum. Enfrentando as afirmações dos natalistas de que os casais franceses não queriam mais ter filhos, a obra ressalta que este foi um processo de aburguesamento e de urbanização da sociedade, e que era justamente por valorizar as crianças que os casais optavam por reduzir o número de filhos.<sup>26</sup>

Em 1964, um livro em dois volumes, de André Michel e Geneviève Texier, *La condition de la française d'aujourd'hui*,<sup>27</sup> discutia a mesma questão: alinhava argumentos para demonstrar que a busca por formas eficazes de contracepção não significava que os casais não desejavam ter filhos, mas, sim, que escolhiam melhor o momento de tê-los. Dizia: “*Le louable désir de rechercher ce qui est le meilleur pour les enfants et la famille est une des raisons principales qui incitent les couples à limiter leur postérité*”.<sup>28</sup> Defendia a mudança da lei de 1920, que punia o aborto severamente, e a divulgação da contracepção. De acordo com as autoras, a França da V República mantinha-se presa ao mito de que o número de habitantes seria responsável pela grandeza da nação.<sup>29</sup>

O que se observa é uma preocupação constante, no período dos anos 60 e 70, com a baixa taxa de crescimento populacional, presente em colóquios, artigos de revistas, livros, enfim, nos argumentos que tematizavam a questão. Esta situação foi muito diferente daquela que estimulava a utilização de meios contraceptivos em países como o Brasil.

## *Redução das práticas de aborto*

Tanto na França quanto no Brasil, um dos argumentos mais utilizados para justificar a adoção de novos métodos contraceptivos foi a possibilidade de reduzir, ou quem sabe fazer desaparecer, os abortos clandestinos. Nos anos 60, tanto no Brasil como na França, essa prática era considerada ilegal, o que não impedia que fosse realizada e que representasse, principalmente para as mulheres pobres, um risco para a vida e a saúde.<sup>30</sup>

No Brasil, o argumento do combate “ao aborto criminoso” foi usado pela Benfam – Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil, desde o início de sua instalação. Na Jornada de Estudos em que se preparou a sua organização foi apresentado um trabalho que dizia que, em 1964, haviam sido praticados 1,5 milhões de abortos no país.<sup>31</sup>

Esse tema esteve presente durante toda a década de 1960 e 1970, sendo uma constante em artigos médicos publicados em jornais e revistas.<sup>32</sup> O Movimento Feminista no Brasil, retomado após 1975, também focalizou a questão do aborto, entretanto, seu objetivo não era fornecer argumentos para o planejamento familiar, mas para que essa prática fosse descriminalizada.<sup>33</sup> Convém lembrar, no entanto, que até os dias de hoje isso não ocorreu.<sup>34</sup>

Na França, o tema do combate ao aborto esteve presente, também, desde o início da constituição da Maternité Heureuse. Foi para combater a lei de 1920, que punia a prática do aborto e a divulgação de métodos contraceptivos, e dedicar-se aos estudos dos problemas da maternidade, da natalidade e de suas repercussões sociais e familiares, que, em 1956, um grupo de mulheres francesas formou essa associação – a Maternité Heureuse – que pretendia promover, no país, o planejamento familiar e diferenciar-se dos antigos neomalthusianos.<sup>35</sup>

Em 1958, a Maternité Heureuse, coordenada pela médica Marie-Andrée Lagroua Weill-Hallé, associou-se à IPPF – International Planned Parenthood Federation,<sup>36</sup> a mesma que, no Brasil, financiava a Benfam. Em 1960, a Maternité Heureuse mudou seu nome para MFPF – Mouvement Français pour le Planning Familial.<sup>37</sup>

A questão do combate à prática do aborto também esteve presente nos argumentos da Lei Neuwirth, publicada em 29 de dezembro de 1967, que autorizava a comercialização de contraceptivos. Entre os argumentos, foram citados o número de abortos provocados e as razões para realizá-lo.<sup>38</sup> Enfim, este foi um tema constante jornais, revistas e livros publicados no período. Entretanto, diferentemente do caso brasileiro, na França o aborto foi descriminalizado. Em 17 de janeiro de 1975, foi aprovada, por um prazo de cinco anos, a Lei Simone Veil, que autorizava a interrupção da gravidez até a décima semana.<sup>39</sup>



## *Uma melhor harmonia do casal*

A necessidade de métodos eficazes de contracepção para a felicidade e harmonia dos casais foi um tema abordado na França. No Brasil, esta não foi uma questão importante. Esse argumento esteve presente em diversos textos, especialmente nos anos 60, nos escritos da fundadora da Maternité Heureuse, a médica Marie-Andrée Lagroua Weill-Hallé. Em uma publicação de 1967, *La contraception et les français*,<sup>40</sup> ela informava que numerosos casais vieram procurar o Planning quando estavam à beira de uma separação. Os conflitos deviam-se às demandas sexuais do marido e à rejeição da mulher em ter relações, em vista da possibilidade de engravidar. De acordo com ela, um bom método de contracepção permitiria restabelecer o equilíbrio do casal.

Nessa mesma obra, a autora afirma que a segurança de não engravidar teria influência muito forte sobre o impulso sexual. Em suas pesquisas, informa que, se por um lado há queixas de redução da libido entre as mulheres que usam contraceptivos orais, por outro, inúmeros depoimentos falavam “*d’augmentation du désir*” após o uso das pílulas.<sup>41</sup>

A esse respeito, Andrée Michel e Geneviève Texier, usando os dados fornecidos pela Dra. Weill-Hallé, argumentavam que “*Grâce à l’efficacité très élevée des contraceptifs modernes, en même temps que diminuent les avortements tend à disparaître la frigidity féminine*”. Assim, conclui ela, “*la frigidity féminine, loin d’être inhérente à la ‘nature’ féminine comme le soutiennent encore quelques attardés, est liée à l’obscurantisme où la Française est volontairement maintenue*”. Portanto, recomenda:

*(...) les moralistes et les théologiens qui veulent au nom de “la sainteté du mariage” diminuer le nombre des divorces cessent par conséquent de crier au scandale. à propos du birth control, alors que la satisfaction sexuelle du couple peut, pour les jeunes générations, favoriser la stabilité de celui-ci.*<sup>42</sup>

## *A emancipação das mulheres*

No Brasil, a possibilidade de usar os novos métodos contraceptivos não foi resultado de reivindicação ou luta coletiva e, portanto, não consta da memória das mulheres como tendo grande significado para a sua autonomia. As mulheres de camadas médias entrevistadas por nossa equipe não consideram, por isso, que a contracepção seja uma conquista. A pílula é pensada como algo necessário para definir uma família de menor porte e, ao mesmo tempo, um perigo constante para a saúde.

Para as mulheres da França, assim como para as de outros países ditos desenvolvidos – as quais poderiam usufruir de sua cidadania –, a possibilidade de controlar a reprodução foi um dado muito importante na busca de autonomia e dos direitos reprodutivos. Assim, além do direito à educação, ao salário igual por trabalho igual, direitos políticos, etc., as mulheres reivindicavam contraceptivos. A pílula anticoncepcional significava livrar-se do controle masculino da procriação, tornar-se independente da vontade ou da falta de destreza masculina no *coitus interruptus*, no uso do preservativo ou na abstinência.<sup>43</sup> As pílulas sempre poderiam ser tomadas às escondidas, seja dos pais, seja do marido, seja do amante. No dizer de Françoise Thébaud,

(...) a utilização de métodos modernos de contracepção não liberta apenas as mulheres de gravidezes indesejadas; ela dá-lhes, em detrimento dos homens, o domínio da fecundidade, e deve ser colocada no mesmo plano que as modificações do direito civil que, na mesma altura, põem termo à sua subordinação na vida privada.<sup>44</sup>

A liberação dos contraceptivos para a comercialização, conquistada pela lei Neuwirth em 1967, foi fruto da atuação de inúmeras mulheres e homens na defesa pelo direito de controlar a sexualidade. Essa trajetória tem sido narrada em inúmeros textos e demonstra o quanto ela tem sido pensada como uma conquista das mulheres.

No Brasil, o movimento feminista não teve participação direta na liberação dos contraceptivos para o uso. A ditadura militar, iniciada em 1964, impediu qualquer manifestação popular, assim como reuniões, associações, debates. O espaço de atuação, no interior da ditadura militar, foi conseguido graças à instituição, pela ONU, do Ano Internacional da Mulher, em 1975. Mesmo assim, para existir, o movimento feminista precisou contar, no início, com o apoio da Igreja Católica. Esta forneceu um lugar abrigado para discussão e articulações. Em contrapartida, limitou muito a atuação. A “prudência para não assustar a Igreja” foi uma posição utilizada pelo renascente movimento feminista brasileiro daquela época, que precisava contar com todos os aliados possíveis em vista da situação em que se encontrava o país.

Foi essa “prudência” que certamente orientou muitas das publicações do jornal *Brasil Mulher*, surgido em 1975. Esse periódico publicou, nesse ano, um artigo de um médico que aconselhava as mulheres a “jogar fora a sua pílula”, em vista dos possíveis problemas de saúde que esta provocaria.<sup>45</sup> Esse artigo e outros provocaram discussões com mulheres brasileiras que, naquela mesma época, encontravam-se como exiladas políticas na França. Estas tinham fundado, em 1976, o Círculo de Mulheres de Paris,<sup>46</sup> grupo que acompanhava as discussões e o movimento feminista que ocorria na França.<sup>47</sup> Correspondiam-se com

outros que, no Brasil, começavam a organizar as primeiras associações feministas. O Círculo, muito mais que as feministas no Brasil, reivindicavam o direito ao aborto e à contracepção livres e gratuitos.<sup>48</sup>

Em vários momentos, cobraram das brasileiras posições mais avançadas em relação às reivindicações feministas. Ao retornar do exílio após a anistia, em 1979, ajudaram a fundar grupos e jornais feministas, ou se incorporaram aos que já existiam. Trouxeram outras reivindicações e exigências, muito mais avançadas do que aquelas que eram veiculadas, até o momento, no Brasil.

Esses argumentos, observamos, foram usados, nos anos 60 e 70, nos debates a propósito dos contraceptivos hormonais. Permitem perceber como, em cada país, as relações de poder passaram por questões tão diferentes. Os argumentos utilizados em cada caso representaram as forças que se organizavam. Foram constituídos no interior de lutas discursivas e ganharam corpo a partir de existências concretas de mulheres, de homens e de suas relações. Por outro lado, constituíram realidades, definiram percursos. São, hoje, fontes de uma história que não pode ser contada apenas no universal, que precisa, sobretudo, ser sentida em suas diferenças.

Perceber a historicidade das interpretações que diferentes grupos realizam aponta os jogos de poder em que esses personagens estão inseridos. Esta perspectiva nos ajuda a abandonar a ambição de realizar julgamentos históricos destes ou daqueles procedimentos. Além disso, despe-nos do desejo de observar movimentos progressivos de evolução da humanidade, realizando cobranças por caminhos equivocados. A suprema ambição é a de apenas observar as idas e vindas, as continuidades e as descontinuidades e, principalmente, a consciência de nossa inserção na História.<sup>49</sup>

*Recebido em junho/2002; aprovado em julho/2002*

## Notas

\* Professora Doutora da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>1</sup> Afirmação do secretário da Bemfam no Brasil, Glycon de PAIVA. Devemos limitar a natalidade? *Veja*, n. 8, p. 138, 30 out. 1968.

<sup>2</sup> COUGHLAN, Robert. Gente Demais! Que fazer? *Seleções*, n. 219, abril 1960.

<sup>3</sup> "Grâce à l'efficacité très élevée des contraceptifs modernes, en même temps que diminuent les avortements tend à disparaître la frigidité féminine". MICHEL, A. e TEXIER, G. *La condition de la française d'aujourd'hui*. Genebra, Gonthier, 1964, v. 1 e 2, pp. 152-153.

<sup>4</sup> “(...) *Un conseil contraceptif judicieusement donné – s’il est bien suivi – peut encore ramener le couple dans son état antérieur de bon équilibre*”. WEILL-HALLÉ, L. *La contraception et les français. Étude sur 7.600 couples – 1956-1966*. Paris, Librairie Maloine, 1967, pp. 87-89.

<sup>5</sup>FOUCAULT, M. “A governabilidade”. In.: *Microfísica do poder*. 5 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985, pp. 277-293.

<sup>6</sup>MALTHUS, Thomas. *An essay on the principle of populations*. Londres, J. Johnson, 1798.

<sup>7</sup>BELTRÃO, P. C. *Demografia: ciências da população, análise e teoria*. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1972.

<sup>8</sup>GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987, p. 437.

<sup>9</sup>FOUCAULT, M. “La guerra en la filigrana de la paz”. In: *Genealogia del racismo*. Madri, La Piqueta, 1992, pp. 70-71.

<sup>10</sup>A palavra de ordem era: “*Un enfant... si je veux, quand je veux*”.

<sup>11</sup>Os dados a respeito dos debates sobre a contracepção ocorridos na França foram coletados durante meu período de estágio de Pós-doutorado naquele país, entre março de 2001 e fevereiro de 2002, com bolsa da Capes.

<sup>12</sup>Ver, a este respeito, o artigo A velha pílula, *Jornal do Brasil*, 12 maio 1972.

<sup>13</sup>Idem, ibidem. Neste artigo, aparece depoimento de representante comercial. Convém destacar que foi em instituições estrangeiras que os médicos buscaram, já na década de 1950, conhecimentos sobre a contracepção, que até a década de 1960 não era ensinada nas faculdades de medicina brasileiras. Foi, entretanto, a partir de 1966 que as revistas médicas brasileiras começaram a difundir, para ginecologistas e obstetras, pesquisas e estudos já realizados por médicos, tanto brasileiros como estrangeiros. Entretanto, desde 1962, eram realizadas pesquisas isoladas visando prestar informações sobre anticoncepcionais para mulheres de camadas populares, com recursos da *International Planned Parenthood Federation*, em várias cidades brasileiras. Ver, a este respeito, BRASIL, J. A. N. “Métodos anticoncepcionais para ginecologistas e obstetras”. In: SCAVONE, L. e BATISTA, L. E. *Pesquisas de gênero: entre o público e o privado*. Faculdade de Ciências e Letras, Laboratório Editorial, 2000, pp. 108-109.

<sup>14</sup>Esta revista e também a revista *O cruzeiro* foram, nos anos 50, as mais lidas no Brasil, chegando a atingir, nos anos 60, a tiragem de seiscentos mil exemplares. A este respeito, ver JUNQUEIRA, A. M. *Ao sul do Rio Grande – Imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista, Edusf, 2000.

<sup>15</sup>COUGHLAN, op. cit., 1960, pp. 46-51.

<sup>16</sup>Nas entrevistas que realizamos no Brasil para a pesquisa “A medicalização da contracepção”, observamos que as queixas das mulheres entrevistadas coincidem com este relato.

<sup>17</sup>COUGHLAN, op. cit., 1960. Lançada em fevereiro de 1922, a revista *Seleções* gabava-se de atingir mais de 100 milhões de pessoas e de ser “verdadeiramente internacional”, sendo escrita em treze idiomas. Além disso, afirmava ter “permanentemente denunciado os males do comunismo e retratado as vantagens do sistema de economia livre”. No Brasil, a revista passou a circular, em português, em fevereiro de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, divulgando a participação dos Estados Unidos no conflito. Depois, passou a trazer inúmeros artigos a respeito da Guerra-Fria. Divulgava, em linguagem simples, os mais diversos assuntos: política, medicina, literatura, comportamento.

<sup>18</sup>O Brasil conta, atualmente, com 169,8 milhões de habitantes, uma densidade populacional de 20 hab./km<sup>2</sup>, com uma taxa de 2,2 filhos por mulher e com um ritmo de crescimento de 1,64% ao ano. Esses números estão significando 2,8% dos habitantes do planeta, que, atualmente, somam 6,1 bilhões de pessoas. Na França, o número de filhos por mulher é de 1,75 – uma das taxas de fecundidade mais altas da Europa – a densidade

demográfica é em torno de 109 hab./km<sup>2</sup>. Na Europa, o balanço demográfico publicado pelo Insee em 4 fev. de 1999 apresenta a Itália com 1,22; a Espanha, com 1,15; e a média europeia conta 1,44. Ver BAULIEU, É.-É., HÉRITIER, F. e LERIDON, H. *Contraception: contrainte ou liberté*. Paris, Éditions Odile Jacob, 1999, p. 131.

<sup>19</sup>FONSECA SOBRINHO, D. da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Fnuap, 1993, pp. 81-95. Ver, também, COSTA, A. M. Planejamento familiar no Brasil. *Bioética*, v. 4, n. 2, pp. 209-215, 1996.

<sup>20</sup>Em 31 de março de 1964, iniciava-se no Brasil a ditadura militar, que, passando por diversos estágios, atingiria seu período mais difícil do final de 1968 até meados da década de 1970.

<sup>21</sup>BARBOSA, R. M. *Mulher e contracepção: entre o técnico e o político*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1989.

<sup>22</sup>FONSECA SOBRINHO. op. cit., 1993, p. 135.

<sup>23</sup>O direito de ter ou não ter filhos. *Cadernos do Conselho da Condição Feminina*, p. 2, apud BARBOSA, op. cit., 1989, pp. 23-24.

<sup>24</sup>Essa entidade foi criada, no Brasil, em 26 de novembro de 1965. Era financiada pela IPPF – Associação Para o Planejamento da Família.

<sup>25</sup>BERGUES, H. e ARIËS, P. et alij. *La prévention des naissances dans la famille. Ses origines dans les temps modernes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1960.

<sup>26</sup>Trata-se do Capítulo X: “ Interpretation pour une histoire des mentalités ”, pp. 311-327.

<sup>27</sup>MICHEL e TEXIER. op. cit., 1964.

<sup>28</sup>Idem, ibidem, v. 2, p. 146. “O louvável desejo de procurar o que é melhor para os filhos e a família é uma das razões principais que levam os casais a limitar o número de filhos” (tradução livre) Nesta parte do livro, as autoras apresentam resultados de uma pesquisa realizada em 1930 em Indianápolis, Estados Unidos.

<sup>29</sup>Idem, ibidem, v. 1, pp. 38-41.

<sup>30</sup>O argumento de que a descriminalização do aborto é uma exigência de saúde pública, em vista das inúmeras mortes que provoca entre as mulheres das camadas populares, é utilizado com muita ênfase no Brasil.

<sup>31</sup>FONSECA SOBRINHO. op. cit., 1993, pp. 101-108.

<sup>32</sup>Ver especialmente: Revista *Veja*, 30 out. 1968; *Jornal de Santa Catarina*, 29 out. 1971, 28 fev. 1972 e 25 fev. 1972; *jornal O Estado*, 22 nov. 1977.

<sup>33</sup>É o caso dos artigos de *Brasil Mulher*, v. 13, ano III, pp. 4-5; *Mulherio*, v. 15, ano III, pp. 309-10/83.

<sup>34</sup>O Aborto no Brasil só é permitido em caso de estupro e risco para a vida da mãe. O Código Penal de 1940, ainda em vigor, prevê: prisão, de um a três anos, quando se provocar o próprio aborto; detenção, de um a quatro anos, quando se provoca o aborto com consentimento da gestante; prisão, de três a doze anos, quando for provocado sem o consentimento.

<sup>35</sup>CHAPERON, S. *Les années Beauvoir 1945-1970*. Paris, Fayard, 2000, p. 242.

<sup>36</sup>MORE, C. *Les débuts du planning familial à Grenoble 1961-1967*. Mémoire de Maîtrise, Université Grenoble II, UFR Sciences Humaines, Dep. Histoire, 2000, p. 25.

<sup>37</sup>Idem, ibidem, p. 25.

<sup>38</sup>NEUWIRTH, L. *Le dossier de la pilule*. Paris, Éditions de la Pensée Moderne, 1967.

<sup>39</sup>PICQ, F. *Libération des femmes. Les années-mouvement*. Paris, Éditions du Seuil, 1993, p. 166.

<sup>40</sup>WEILL-HALLÉ, op. cit., 1967, pp. 87-9.

<sup>41</sup>Idem, *ibidem*, p. 173.

<sup>42</sup>“A grande eficácia dos contraceptivos modernos pode, ao mesmo tempo, reduzir os abortos e a frigidez feminina. (...). A frigidez feminina não é inerente à sua natureza, como afirmam os desinformados, mas está ligada ao obscurantismo no qual a francesa é voluntariamente mantida. (...) os moralistas e os teólogos que querem, em nome da ‘santidade do casamento’, diminuir o número de divórcios, parem, então, de fazer escândalos contra o controle da natalidade, pois a satisfação sexual do casal pode, para as gerações jovens, favorecer a estabilidade do casamento” (tradução livre) MICHEL e TEXIÈR, op. cit., 1964, pp. 152-153.

<sup>43</sup>MOSSUZ-LAVAU, J. “As mulheres e a sexualidade: novos direitos, novos poderes?”. DUBY, G. e PERROT, M. *As mulheres e a história*. Lisboa, Dom Quixote, 1995.

<sup>44</sup>THÉBAUD, F. « Introdução ». In: DUBY, G. e Perrot, M. (org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto, Afrontamento; São Paulo, Ebradil, 1995, p. 13.

<sup>45</sup>Trata-se do artigo “Pílulas... ora pílulas”. *Jornal Brasil Mulher*, v. 1, ano 1, p. 7, dez. 1975..

<sup>46</sup>O Círculo de Mulheres de Paris (1976-1979) foi formado por mulheres que se exilaram na França entre 1964 e 1979, após o golpe que instituiu uma ditadura militar.

<sup>47</sup>GOLDBERG-SALINAS, A Brésiliennes en exil: de femmes migrantes à féministes étrangères. *Cahiers du Cedref*, v. 8, n. 9, 2000.

<sup>48</sup>GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia Liberalizante*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, UFRJ, 1987, pp. 146-147.

<sup>49</sup>A respeito do lugar da história no sentimento do mundo contemporâneo, ver ARIÈS, P. « Introdução ». In: *Histoire des populations françaises*. Paris, Editions du Seuil, 1971.